



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Aline Caldas Lopes¹
Daniela Lopes de Andrade²
Maria Miguelina Lopes da Conceição³

RESUMO

Trata sobre a importância da inserção do assistente social no âmbito escolar ante o problema que atinge grande número de alunos: a distorção série/idade. As estatísticas demonstram que em algumas regiões do país 60% dos estudantes que iniciam seus estudos não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental, ou seja, não concluem a segunda etapa da educação básica. Dada a complexidade dessa realidade, justifica-se a necessidade do profissional de Serviço Social para compor a equipe de trabalho para enfrentamento das questões sócio-econômicas que afligem o campo educacional.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social, Escola.

ABSTRACT

It treats on the importance of the insertion of the social worker in the pertaining to school scope before the problem that reaches great number of pupils: the distortion series / age. The statisticians demonstrate that in some regions of country 60% of the students who initiate its studies they do not arrive to conclude 8ª series of basic education, or either, they do not conclude the second stage of the basic education. Given the complexity of this reality, it is justified necessity of the professional of Social Work to compose the team of work for confrontation of the partner-economic questions that afflict the educational field.

Keywords: Education, Social Work, School

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade contribuir com o processo de discussão sobre a inserção do Serviço Social na educação, que vem ocorrendo desde a década de noventa, a exemplo das contribuições de Backhaus (1992), Camardelo (1994), Almeida (2000) e dos significativos relatos de experiências registrados no campo da educação quando da realização dos 8º e 9º Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais realizados em 1995 (Salvador) e 1998 (Goiânia). Desde então, essa discussão vem se configurando, como demanda crescente aos profissionais de Serviço Social, passando por significativos

¹Graduanda de Serviço Social - Universidade Federal do Pará.

²Graduanda de Serviço Social - Universidade Federal do Pará.

³Graduanda de Serviço Social - Universidade Federal do Pará.

avanços. A exemplo disso, em Belém-Pará, a realização do II Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação, ocorrido em 2006, promovido pelo CRESS-1ª Região – Conselho Regional de Serviço Social possibilitando um embasamento sobre a dinâmica teórico-metodológica do Serviço Social na Política Social de Educação. Neste sentido é importante compreender as medidas governamentais que historicamente foram tomadas na educação brasileira, assim como considerar aspectos históricos do Serviço Social no Brasil.

A inserção do profissional de Serviço Social neste campo de atuação nos impõe uma tarefa desafiadora: construir uma intervenção qualificada como profissionais na área da educação que possa contribuir para dar respostas aos anseios e carências dos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

2 A EDUCAÇÃO

A partir da década de noventa do século XX, principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 9.394/96, o sistema de ensino vem se modificando significativamente. Nas duas últimas décadas tais mudanças compreendem a educação como uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, isto é, indicando uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação que precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade.

Segundo Vieira (1997) poucos são os direitos sociais que estão sendo regulamentados e praticados no atual contexto do “ Neoliberalismo Tardio” ou também denominado de “modernização”. Assim, discutir o papel da escola na sociedade significa discutir a função social assumida pela educação no atual contexto. O direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais, seja na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 8.069/90) e na LDB 9.394/96, dentre outras, tendo como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania.

Desta forma, discutir a contribuição do Serviço Social para a garantia deste direito nos remete a temas que atravessam a realidade social, política, econômica e cultural e que nem sempre são identificados no dia a dia da escola e por muitas vezes ficam à margem das políticas educacionais.

Dada a complexidade da realidade social e a crescente percepção que a escola tem deste processo é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que possam vir a aproximar as famílias no contexto escolar.

Os altos índices de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas e o processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino é um espaço onde os problemas sociais também são materializados. No atual contexto brasileiro o sistema de ensino mostra-se insuficiente no que se refere à quantidade de vagas e a qualidade de ensino oferecido aos alunos, A OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico criada em 1961 e composta por 30 países desenvolvidos, entre eles Alemanha, Austrália, Canadá, Coréia do Sul, Estados Unidos, Suécia, Itália e França fixa a nota 6, numa escala de 0 a 10, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Segundo estudos do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o Brasil pode receber uma média perto de quatro pontos. Contudo, em nota anunciada em 27/03/2007, o ministro da Educação, Fernando Haddad, informou que 1800 municípios do Brasil apresentam índices de 1,5 a 2 pontos e que, para alcançar a meta de 6, são necessárias ações de longo prazo, prevendo que até 2021 seja alcançada. O índice é uma das medidas que integram o atual PED (Plano de Desenvolvimento da Educação) e vai combinar as notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da quarta e oitava séries, ao rendimento escolar.(site do Ministério da Educação,27.03.2007). De acordo com o ministro, cada município e Estado também terão uma meta fixada, que deve ser atingida para garantir a qualidade do ensino básico.

2.1 A realidade da educação no Estado do Pará

As estatísticas demonstram que em algumas regiões do país 60% dos alunos que iniciam seus estudos não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental, ou seja, não concluem a segunda etapa da educação básica.(O Liberal, 4 de fevereiro de 2007) O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço desses alunos.

O Pará perde R\$ 435,5 milhões ao ano devido a repetência e evasão escolar, sendo a taxa mais alta da região Norte, esse desperdício decorre da má qualidade da estrutura do ensino que se explica pela aplicação reduzida da verba a cada aluno.(O Liberal,4 de fevereiro de 2007)

A distorção idade/série que é alta tanto em nível nacional quanto regional acarreta uma estatística pouco vantajosa ao estado, já que a média de idade em que os alunos conseguem concluir o ensino fundamental e médio no Pará é bem superior à média nacional. Assim, enquanto em todo Brasil 30% dos alunos do ensino fundamental estão com

distorção da faixa etária em relação a série cursada, no Pará esse índice é de 48,7% e no ensino médio sobe para 72,4%. (O Liberal)

O sociólogo e coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara (O LIBERAL) analisa os altos índices de reprovação e abandono escolar na região Norte devido a sua estrutura geográfica, por possuir lugares de difícil acesso e por ser uma região que sempre foi esquecida pelas autoridades e conclui que a região precisa de uma política nacional voltada às suas necessidades. Considera que a educação deve ser tratada juntamente com as demais mazelas sociais para diminuir os altos índices de abandono e reprovação no país e, conseqüentemente, o rombo dos cofres públicos para termos uma política educacional de qualidade, propondo que antes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teríamos que ter um pacote de direitos sociais priorizando a educação.

O enfrentamento desses problemas constituem-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois é de responsabilidade do Estado promover a educação pública garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, conseqüentemente cabe a ele dotar o sistema de infraestrutura necessária para que seja assegurada a efetivação desse direito

2.2 O Assistente social no âmbito escolar

Apesar da escola ser um dos principais equipamentos sociais, podemos identificar ainda um número pequeno e tímido de profissionais de Serviço Social atuando na área. No entanto, identifica-se que a educação tem demandas importantes para a intervenção do assistente social. Tais demandas requerem alternativas de trabalho com equipes multidisciplinares em contextos característicos de ação/reflexão/ação..

A contribuição do assistente social na educação consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos dentre outros) com a ajuda da família, da sociedade civil e dirigentes governamentais, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania..

Deste modo, o objetivo do assistente social na educação é identificar as demandas presentes nas relações sociais que incluem o cotidiano do aluno e as suas

relações existentes entre sociedade e família, partindo das necessidades de garantir os direitos previstos constitucionalmente aos educandos.

Conforme o parecer jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

“ cabe ao profissional de Serviço Social Escolar as seguintes funções:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar.
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar, a disparidade série/idade, e melhorar o rendimento do aluno e sua formação para o exercício de sua cidadania.
- Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como prestar esclarecimento e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões que envolvam saúde pública.
- Articulações com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades.
- Realizações de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente.
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais.”

Na perspectiva da atuação profissional no campo educacional, poderíamos indicar inúmeras possibilidades de contribuição do assistente social. No entanto, citaremos três dimensões de intervenção cabíveis no processo educacional e em especial no contexto escolar

2.2.1. O espaço escolar

O Serviço Social poderá articular com a comunidade externa para inseri-la no espaço interno da escola, trazendo elementos facilitadores para a efetividade de conselhos de pais e professores, responsabilidade no processo de participação na escola à medida em que sejam estimulados para expressarem suas dificuldades, necessidades e desejos perante o corpo funcional da escola.

2.2.2 A escola como meio de inclusão

A inclusão social pode ser indicada como um grande desafio a ser enfrentado pela escola pública brasileira, pois esta só se tornará uma escola inclusiva quando garantir a universalidade e a qualidade em seu atendimento.

Desta forma, para se garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola cabe um trabalho preventivo contra as manifestações de exclusão desde as questões como a violência às atitudes discriminatórias (de gênero, etnia, classe social, orientação sexual e de idade), que possam causar algum tipo de constrangimento ao educando.

2.2.3. A escola como um espaço democrático

Nos últimos anos busca-se a compreensão de diretores e funcionários das escolas no sentido de pautarem-se por atitudes não autoritárias. Segundo Freire (1999) “a visão da liberdade (...) é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida que se tem uma participação livre e crítica dos educandos”. Assim, a escola deve ser vista como um espaço de representações de desejos, de esperanças de legitimidade enquanto um espaço de construção de conhecimento.

Freire (idem) em sua obra ressalta que não existe docência sem discência, as duas se completam e se explicam como sendo sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não podem ser reduzidos a condição de objeto, um do outro, pois, quem ensina, diz ele, aprende ao ensinar e quem aprende ensina a aprender. E será desta forma que construiremos a democracia.

3.CONCLUSÃO

As reflexões sobre a educação levaram-nos a expressar ao programa Luamim que trabalha com cultura, arte, lazer e educação onde éramos estagiárias voluntárias, o nosso interesse pela área de Serviço Social Educacional, passando então a executar um plano de extensão com o título: *Serviço Social Escolar no acompanhamento de adolescentes e jovens de ensino fundamental com atraso em relação idade/série*. Aprovada a proposta pela PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da UFPA iniciamos o processo de aproximação em duas escolas de ensino fundamental localizadas em bairro periférico do município de Belém –Pa.

As escolas foram escolhidas por serem públicas, com altos índices de vulnerabilidade social, sendo ambas acompanhadas pelo programa Luamim através dos Cursos de Serviço Social e de Educação Artística com oficinas de teatro, música e dança.

Desta maneira, buscaremos sensibilizar diretores, professores, pais e alunos para darmos início a um trabalho interdisciplinar com ênfase no aluno como sujeito de aprendizagem oportunizando-lhe acesso aos seus direitos sociais e outros que venham a contribuir no seu engrandecimento pessoal.

Através desse trabalho poderemos contribuir para o avanço teórico-metodológico do Serviço Social na área da educação, estabelecendo uma relação com o trabalho de socialização, sensibilização, informação, capacitação e organização da comunidade escolar, além de traçar um perfil sócio-familiar dos alunos que estejam em situação de distorção série/idade afim de identificar quais as medidas de intervenção das escolas frente ao problema.

Temos como meta atender pelo menos vinte crianças e pré-adolescentes que estejam com disparidade série/idade, objetivando alcançar um índice de no mínimo 70% de aprovação dos alunos vinculados ao projeto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de. O Serviço Social na educação. In : **Revista Inscrita**. Brasília Conselho Federal de Serviço Social, 2000.

ATÉ 2021, PAÍS TERÁ DE PULAR DE 4 PARA 6 EM ÍNDICE DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Site do Ministério de Educação. **Notícias**. 27.03.2007

BACKHAUS, Berenice Beatriz. Prática do Serviço Social Escolar: uma abordagem interdisciplinar In: **Serviço Social e Sociedade** n 38. São Paulo. Editora Cortez, 1992.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. Editora Saraiva, 2006.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n 8009 de 13 de julho de 1990

CFESS, **Código de Ética do Assistente Social**. 3ª ed Brasília, CFESS 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: ed. Paz e terra. 1996.

Repetência e evasão custam alto para educação no Pará. **O Liberal**, Belém, 4 de fevereiro de 2007.

PINTO, Rosa Maria Ferreira, **Política Educacional e Serviço Social**. Ed. Cortez. São Paulo. 1986.